



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

DECRETO Nº 16.753, DE 15 DE MAIO DE 2012

Altera o Decreto nº 16406, de 15 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a exclusão do Simples Nacional, para adequação do texto ao que dispõe a resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso V, da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO a revogação da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007, e a edição da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Simples Nacional,

DECRETA:

Art. 1º Passam a vigorar, com a seguinte redação, os dispositivos a seguir discriminados do Decreto nº 16406, de 15 de dezembro de 2011:

I – o “caput” do artigo 1º:

“Art. 1º A exclusão de ofício das Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional – EPP, nas hipóteses previstas no art. 76 da Resolução CGSN n.º 94, de 29 de novembro de 2011.”

II – os §§ 2º e 3º do artigo 2º:

“§ 2º A exclusão será registrada no Portal do Simples Nacional, na internet, conforme determina o § 5º do artigo 75 da Resolução CGSN n.º 94, de 2011, porém, somente após se tornar definitiva na esfera administrativa.

§ 3º A exclusão de ofício produzirá os efeitos previstos no art. 76 da Resolução CGSN n.º 94, de 2011.”

III – o “caput” do artigo 3º:

“Art. 3º O contribuinte excluído de ofício, exceto nas hipóteses de vedação previstas no art. 15 da Resolução CGSN n.º 94, de 2011, ficará impedido de efetuar nova opção pelo regime diferenciado, nos três anos-calendário subsequentes à exclusão.”



SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, Pecuária e Pesca

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, Pecuária e Pesca

RESOLUÇÃO Nº 123/2012
DE 17 DE MAIO DE 2012
DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, Pecuária e Pesca

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE

EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE

EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE

EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE

EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE

EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE

EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE

EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE

EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE

EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE

EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE

EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA


IV – o anexo único do Decreto nº 16406, de 2011, com a redação constante no anexo único deste decreto.

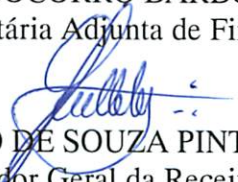
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 15 de maio de 2012, 124º da República.


CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador


BENEDITO ANTÔNIO ALVES
Secretário de Estado de Finanças


MARIA DO SOCORRO BARBOSA PEREIRA
Secretária Adjunta de Finanças


ALESSANDRO DE SOUZA PINTO SCULTETUS
Coordenador Geral da Receita Estadual



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

ANEXO ÚNICO

TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL

Com fundamento nos artigos 29, § 5.º, e 33 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, no art. 75 da Resolução CGSN n.º 94, de 29 de novembro de 2011, e no parágrafo único do art. 31 do RICMS/RO, aprovado pelo Decreto n.º 8321, de 30 de abril de 1998, fica o contribuinte a seguir identificado excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, exclusão que abrangerá todos os estabelecimentos da empresa. O contribuinte poderá protocolizar impugnação à exclusão, mediante petição dirigida ao Delegado Regional da Receita Estadual da repartição fiscal do seu domicílio tributário, no prazo de até trinta dias, contados da ciência deste Termo. Não havendo impugnação, a exclusão se tornará efetiva a partir da data de início do efeito.

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Inscrição Estadual

CNPJ:

Razão Social:

Motivo da exclusão:

Data do fato motivador:

Data de efeito da exclusão:

Fundamentação legal:

Informações Complementares:

Pelo exposto, fica o sujeito passivo acima identificado, intimado da sua exclusão de ofício do Simples Nacional, sendo a segunda via deste entregue ao Sr.(a) _____ cédula de _____ identidade _____, facultada a impugnação, na forma prevista na legislação.

Assinatura:

Porto Velho, ___ de _____ de _____

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA

Nome:

Cargo/Função:

Matrícula:

Assinatura: _____

Porto Velho, ___ de _____ de _____